

PODCAST CIÊNCIA SUJA

Título: SUS: refém do orçamento secreto

Roteiristas: Theo Ruprecht e Pedro Canário

MEGHIE: Antes de começar o episódio, eu queria recomendar para você a terceira temporada do Axé das Plantas, que já está no ar! Esse é um podcast muito especial, porque ele aproxima conhecimentos de comunidades indígenas, quilombolas, dos terreiros e de outros espaços tradicionais com o que a ciência de bancada diz sobre diferentes vegetações. E no meio disso a gente conhece muito sobre o lugar e a cultura onde essas plantas vivem.

THEO: Na terceira temporada, o Axé das Plantas focou na caatinga, então você vai ouvir sobre a caatingueira, as cactáceas, a jurema, o juazeiro... e sobre quem preserva esse bioma aproveitando de forma realmente sustentável essas plantas. Tudo isso apresentado pelos pesquisadores Victor Diógenes e Vagner Santos. Escuta só um recado deles:

SPOT AXÉ DAS PLANTAS

INÍCIO DO EPISÓDIO

VÍDEO PROMOCIONAL DO MAIS VISÃO

Há dois anos, com a precisão de um olhar e a iniciativa do senador Davi Alcolumbre, nascia o programa Mais Visão Amapá.

THEO: O Programa Mais Visão teria, segundo os próprios organizadores, o objetivo de oferecer cirurgias e tratamentos oftalmológicos de ponta para população do Amapá. Eram mutirões e outras iniciativas que levavam esses atendimentos para diferentes locais, inclusive comunidades indígenas.

VÍDEO PROMOCIONAL DO MAIS VISÃO

Hoje, já são mais de 60 mil cirurgias e mais de 100 mil amapaenses acolhidos em suas necessidades, de crianças a idosos.

THEO: Esse vídeo promocional é de abril de 2023, mas o projeto começou em 2020, e desde sempre com emendas parlamentares do presidente do senado Davi Alcolumbre, do União Brasil. Foram mais de 15 milhões de reais destinados pelo Alcolumbre para o governo estadual, que então repassava pro Centro de Promoção Humana Frei Daniel de Samarate, que aí bancava uma empresa terceirizada para fazer os procedimentos, a Saúde Link.

VÍDEO PROMOCIONAL DO MAIS VISÃO

O Programa Mais Visão é a nossa missão, estamos apenas no começo.

THEO: Além de ser citado na frase inicial do vídeo, a logomarca do Davi Alcolumbre é a primeira coisa que aparece, antes de qualquer menção ao governo estadual, ou de qualquer cena de cirurgia, de um amapaense feliz da vida... Depois da logo dele, ainda surge na tela um “viabilizando o SUS”.

MEGHIE: Em diferentes notícias e comunicados, o Mais Visão aparece como uma “idealização” do Alcolumbre, algo que nasceu dele, como um motivo de orgulho mesmo. Mas em 4 de setembro de 2023, essa narrativa de sucesso ficou arranhada. Durante um mutirão de cirurgias oftalmológicas, 104 de 141 pacientes tiveram infecções nos olhos ou complicações consideráveis. Alguns perderam a visão.

MEGHIE: O Ministério Público do Amapá entrou em cena e, depois de uma inspeção sanitária, recomendou a suspensão do financiamento do programa. Faltava licença do Corpo do Bombeiros, não tinha plano para gerenciamento dos resíduos de saúde...

MEGHIE: O Amapá do Davi Alcolumbre é o estado que proporcionalmente mais usa emendas parlamentares na saúde. De 2016 a 2025, 42% dos recursos destinados ao SUS no estado vieram de parlamentares, não do Poder Executivo. O segundo na lista é o Acre, com 34%, e estados como São Paulo, Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul ficam abaixo de 10%. E foi conhecendo esses números que a gente foi atrás de casos de emendas no Amapá, e caímos na história do Mais Visão.

THEO: A gente aqui do Ciência Suja começou a olhar mais pras emendas, e pra história do orçamento secreto, por causa de um cara chamado André Ballalai.

ANDRE BALLALAI

Todo ano eu tenho, eu elejo duas, duas ou três perguntas que eu fico na cabeça, que eu quero responder e eu vou atrás disso assim, né? E no começo do ano eu fiquei muito encucado com as emendas parlamentares, que eu comecei a ver crescendo muito.

THEO: O André é engenheiro de formação, mas trilhou sua carreira na economia da saúde e em políticas públicas. Ele trabalhou muito tempo em uma multinacional da área de saúde que mexe com dados, e mais recentemente abriu uma consultoria própria, que usa IA e outros recursos para cruzar e analisar informações públicas. Aquelas porcentagens de recursos para saúde aos estados vindos de emendas são fruto dessa iniciativa do André, e estão sendo reveladas em primeira mão aqui no Ciência Suja.

ANDRE BALLALAI

Todas essas análises aqui são baseadas em dados públicos, não tem nenhum dado que não seja público. Então, isso aqui é pura capacidade de síntese, de conversas que a gente teve, da nossa visão de mundo, de Brasil.

THEO: Na primeira conversa que eu tive com o André sobre isso, ele me mostrou um gráfico absurdo. Era uma montanha subindo rapidamente, que ilustrava quanto as emendas representavam no orçamento de saúde do país ano a ano. Em 2016, elas equivaliam a 4,9% das verbas do Ministério da Saúde. Já em 2025, subiram para 10,8% — mais que o dobro.

ANDRE BALLALAI

Você poderia dar um tratamento de qualidade de câncer para o Brasil inteiro só com as emendas parlamentares, e sobra ainda, sobra. Então assim, esse é o volume de dinheiro que gera, que gira assim, sabe?

MEGHIE: Esse número bate com outros estudos da área. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, falou em 10,7% em 2024, por exemplo. Então mais de um décimo do que o Brasil gasta com saúde anualmente está na mão dos parlamentares. E eles distribuem esse dinheiro com uma transparência questionável e, acima de tudo, sem um olhar estruturado para o país.

ARTHUR CHIORO

Eu fico imaginando se eu tivesse hoje como ministro a dificuldade que ia ter para poder tocar a política, porque você tem que construir a política e ficar torcendo para os parlamentares e e usarem parte do recurso naquelas prioridades que você tem, mas não não tem nenhuma obrigação.

MEGHIE: É, até com ex-ministro da saúde nós falamos; no caso, o Arthur Chioro, que esteve por lá entre 2014 e 2015, no governo Dilma Rousseff.

ARTHUR CHIORO

Se eu tivesse que resumir, eu diria o seguinte: é uma baita forma de desorganizar o Sistema Único de Saúde e de produzir iniquidade.

THEO: Nesse episódio, você vai ver como essa forma de financiar o SUS não parece seguir as melhores evidências de como gerir recursos públicos. Pelo contrário, ela está bagunçando o sistema, gerando desperdício e até promovendo pseudociências. E o pior: influenciando as próprias eleições.

MEGHIE: A corrupção é o único problema ou é pior do que isso? Qual a função original das emendas e como ela foi sendo deturpada com o tempo? O que a ciência tem a ver com esse debate? Eu sou a Meghie Rodrigues.

THEO: Eu sou o Theo Ruprecht. E esse é o Ciência Suja, o podcast que mostra que em crimes contra a ciência, as vítimas somos todos nós

- MÚSICA DE ABERTURA -

THEO: Duas semanas atrás, a gente lançou um mesacast sobre desinformação nas eleições, em parceria com o pessoal do Netlab, da Universidade Federal do Rio de

Janeiro. Ficou legal, vale a pena ouvir, mas lá eu já tinha comentado que o Ciência Suja tem menos experiência no jornalismo de política. Então para esse episódio a gente trouxe um reforço, um colega que eu, o Felipe Barbosa e o PEDRO Belo conhecemos desde os tempos de faculdade. É o PEDRO Canário, ou PEDRO.

CONVERSA PEDRO E THEO

[Theo] E aí, Pedrinho? Bom?

[Pedrinho] Beleza? Bem. Cara, sinto informar, mas o ChatGPT ali alucinou legal...

THEO: O Pedrinho tem esse apelido porque parece que ele não envelhece, até pouco tempo atrás o pessoal pedia o RG dele para entrar em bar. Mas o cara já trabalhou no Consultor Jurídico, no UOL, fez frila pra Piauí... enfim, conta aí Pedrinho.

PEDRO: Oi pessoal, eu sou o Pedro Canário, sou jornalista há uns 20 anos e passei a maior parte da carreira cobrindo assuntos chatíssimos, tipo justiça, política e orçamento público. Também já estou há algum tempo trabalhando como jornalista investigativo, escrevendo para um monte de lugar, como o Theo falou aí.

PEDRO: Bom, então vamos entender do que a gente está falando. Emendas parlamentares são os acréscimos que os deputados e senadores fazem ao orçamento do governo federal quando estão discutindo esse mesmo orçamento no Congresso.

PEDRO: Existem vários tipos de emendas parlamentares: as individuais de cada deputado ou senador, as de comissão, por exemplo da saúde ou da ciência e tecnologia, e as das bancadas dos estados.

PEDRO: As emendas parlamentares sempre existiram e não há nada de ilegal nelas: são ferramentas que os parlamentares têm para financiar projetos que nem sempre estão na agenda do governo, e também para enviar dinheiro público para suas cidades e estados de origem. Uma das funções seria justamente ajudar o gestor a lidar com uma demanda pontual e imprevista — sei lá, um surto de alguma doença. E aqui estamos falando de alguns bilhões de reais por ano.

PEDRO: O problema é o que ficou conhecido como orçamento secreto.

GUILHERME FRANCE

O orçamento secreto se refere de forma mais ampla, no nosso entendimento pelo menos, a práticas que têm sido transformadas para impedir que a sociedade acompanhe todo o processo de execução das emendas parlamentares.

PEDRO: Esse é o Guilherme France, gerente de pesquisa e advocacy da Transparência Internacional Brasil, uma organização que está acompanhando de perto essa questão.

GUILHERME FRANCE

Foi uma expressão utilizada para fazer referência à prática à época de se utilizar as emendas do relator, que originalmente era um mecanismo para corrigir aspectos técnicos do orçamento e pequenos detalhes, e que passou a ser utilizado como um mecanismo para destinar recursos sem a possibilidade de a sociedade identificar todo o processo.

PEDRO: Essas emendas do relator que o Guilherme falou são o orçamento secreto original, digamos assim. Com as emendas parlamentares individuais tradicionais, fica registrado qual foi o deputado ou senador que enviou o dinheiro, para onde ele foi e como foi gasto. Já no orçamento secreto, ficava tudo registrado no nome do relator do orçamento no Congresso Nacional ou no da bancada estadual que enviou a quantia.

GUILHERME FRANCE

Nem era possível identificar quem estava enviando o dinheiro, nem era possível identificar quem estava recebendo, o que estava sendo feito com esse dinheiro.

PEDRO: A gente está falando no passado sobre o orçamento secreto porque, no final de 2022, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional qualquer medida de envio de emendas parlamentares sem identificação do parlamentar e do destino do dinheiro.

PEDRO: Formalmente, o orçamento secreto começou em 2020, com a aprovação de uma lei pelo Congresso a pedido do governo federal. Mas a Fabíola Sulpino Vieira, do Ipea, defende que essa história começou antes.

FABIOLA VIEIRA

A grande questão é que de 2014 para cá, dada a impositividade das emendas e outros fatores, você teve um aumento da alocação de recursos por emendas parlamentares ao Sistema Único de Saúde.

PEDRO: Fabíola é especialista em políticas públicas e pesquisadora do Ipea há 11 anos, e tem se dedicado cada vez mais a estudar o financiamento da saúde pública. Mais para a frente você vai ouvir ela falando sobre essas pesquisas. Mas o que a Fabíola está dizendo é que a origem de tudo talvez esteja entre dezembro de 2014 e março de 2015. Foi naquela época que o Congresso aprovou uma lei e uma alteração na Constituição para dizer que o governo era obrigado a destinar o dinheiro das emendas.

PEDRO: Isso que é a “impositividade” que a Fabíola comentou. Antes, o parlamentar até colocava onde queria enviar a grana, mas o Poder Executivo podia não autorizar, ou sentar em cima da emenda.

PEDRO: Enfim, depois disso, em dezembro de 2019 houve uma tentativa do Congresso de permitir que aquelas emendas do relator do orçamento também destinassem o dinheiro, não apenas as individuais dos deputados e senadores. A

proposta foi vetada pelo então presidente Jair Bolsonaro. Mas ele voltou atrás, e, em 2020, enviou o projeto de lei que criou o chamado orçamento secreto.

PEDRO: Só que em dezembro de 2022 veio aquela decisão do Supremo.

GUILHERME FRANCE

O que a gente fala é que tudo muda para tudo continuar igual, né? E é isso que a gente tem acompanhado nos últimos anos.

PEDRO: Pois é, como o Guilherme deu a entender, rapidamente os parlamentares encontraram outra forma de enviar dinheiro para os municípios sem muita transparência: as famosas emendas PIX, ou transferências especiais, para usar o termo técnico. Essa modalidade permite aos deputados e senadores mandar dinheiro diretamente para a prefeitura sem exigência de projeto para receber o recurso. Não precisa nem de vínculo entre o parlamentar e o prefeito, nada, nenhuma formalidade. É literalmente um PIX para o prefeito.

PEDRO: Tudo isso hoje está sob o controle do Supremo, em processos relatados pelo ministro Flávio Dino. Desde o final de 2024, ele vem tomando decisões que obrigam o Congresso a dar mais transparência às emendas. E desde 2025 o Supremo também tem cobrado dos órgãos de auditoria o levantamento e a organização de informações para permitir a fiscalização sobre o dinheiro do orçamento secreto.

PEDRO: E eu só queria arrematar tudo isso com a importância que as emendas vêm ganhando no orçamento do Ministério da Saúde. Em 2014, as despesas empenhadas por emendas desse ministério eram da ordem de 5 bilhões de reais. Em 2024, estavam em quase 25 bilhões de reais, um aumento de 383%. Os dados são de um estudo do Ipea conduzido pela Fabiola — é aquele mesmo que reforçava que as emendas já equivalem a mais de 10% do orçamento do Ministério da Saúde. E aí cabe perguntar: isso é bom ou ruim?

MEGHIE: Em dezembro de 2022, o então presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira deu uma entrevista para Andréia Sadi, da GloboNews, sobre a interferência do Legislativo no orçamento do Poder Executivo. O julgamento no STF sobre a inconstitucionalidade do “orçamento secreto” estava rolando, e a Sadi usou exatamente esse termo, “orçamento secreto”.

ENTREVISTA NA GLOBONEWS

[Arthur Lira] Sadi, eu não vou aceitar sua provocação *[risos]*. Eu não chamo de orçamento como você chama, eu chamo de orçamento municipalista.

MEGHIE: “Orçamento municipalista”. Esperto, né. O argumento é o de que os parlamentares conheceriam bem melhor as regiões e cidades onde atuam do que qualquer outro membro do Estado brasileiro.

ENTREVISTA NA GLOBONEWS

[Arthur Lira] Um ministro nomeado, por mais competente que ele seja Sadi, ele não fez concurso e ele não teve votos. [...] Então ele vai ter que escolher entre um município A ou B de uma política pública, de uma discricionariedade pessoal, sem saber o que está acontecendo na ponta. O chá de cadeira que os parlamentares levavam para levar recurso pros seus municípios, de três horas, quatro horas, cinco horas, na antessala de um ministro acabaram.

MEGHIE: Tadinhos, né. Realmente não dava mais para deputados e senadores ficarem sentados tanto tempo no ar condicionado. Falando sério, esse argumento tem algumas falácias. A primeira é achar que um Ministério é composto de uma pessoa, o ministro. Não é, né. Só o Ministério da Saúde tem oito secretarias, cada uma com um monte de funcionários — e isso sem falar do contato com as unidades de saúde e outras instituições.

MEGHIE: O segundo ponto é achar que esse ministro alocaria recurso para uma cidade ou outra só na base do “eu quero”. Claro que existem preferências pessoais e ideológicas, mas a destinação de verbas do Ministério da Saúde tem bem mais regras do que as emendas, e essas regras foram pensadas com base no funcionamento do SUS, que vê cada município dentro de regiões estratégicas. Por meio de instrumentos como o Plano Diretor de Regionalização, por exemplo, há uma definição de qual investimento de saúde fazer em cada cidade, pensando no todo daquela área.

MEGHIE: Então, sei lá, um município maior pode receber grana para equipar e manter um hospital focado em câncer que atende toda a região — porque, né, infelizmente não dá para bancar uma estrutura dessas nos mais de 5 500 municípios do Brasil. Já um município menor da região vai ter dinheiro para desenvolver as suas UBSs, a ponto de conseguir detectar uma suspeita de câncer mais rapidamente, e aí direcionar o paciente para aquela outra cidade onde vai ter o hospital oncológico de referência. Claro que é mais complexo do que isso, e eu estou falando de um mundo ideal. Mas, com as emendas, não tem essa pactuação. Então vamos escutar agora o ex-ministro da saúde Arthur Chioro de novo.

ARTHUR CHIORO

O cara aloca na UTI. Mas ele não estava precisando de UTI ali, ele estava precisando, por exemplo, de expansão do câncer ou expansão de unidade de urgência, precisava de unidade do SAMU. Ele não só cria uma distorção, como cria um outro problema.

MEGHIE: Hoje, o Chioro está na presidência do HU Brasil, uma organização estatal que administra hospitais universitários federais, e ele também é professor da Universidade Federal de São Paulo, a Unifesp. Outro problema que ele mencionou é que uma emenda mal pensada aumenta os gastos de uma cidade, a ponto de quebrar o orçamento e prejudicar outras ações.

ARTHUR CHIORO

Vou pegar um padrão para a gente: 250 milhões para construir e mais 70 ou 80 milhões para equipar um hospital de 200 leitos, de 180 leitos. Eu vou gastar por ano a mesma coisa para manter.

MEGHIE: Um monte de cidade nem tem esse orçamento. Aliás, mesmo hospitais menores são caros, e nossas fontes explicaram que aqueles pequeninos, de 10/20 leitos, nem são sustentáveis.

ARTHUR CHIORO

Então, quando eu digo que tem um potencial desorganizador, porque ele não é alocado de acordo com as necessidades, às vezes ele não corrige, ele aprofunda a iniquidade, e ele traz uma carga de custeio que às vezes é absurda

THEO: Essa ampliação das emendas e o próprio orçamento secreto são um fenômeno recente e tipicamente brasileiro, então a ciência ainda tem a evoluir nesse caso. Mas têm pipocado uns estudos interessantes sobre isso, como os da Fabíola Sulpino Vieira, do Ipea.

THEO: Em uma dessas pesquisas, ela separou os municípios que menos recebem emendas em saúde dos que mais recebem. Aí, comparou diferentes indicadores, como contratação de profissionais, aumento de leitos hospitalares, proporção de gestantes que tiveram seis ou mais consultas de pré-natal, mortalidade neonatal precoce e internações por condições que são controladas em boa parte na Atenção Primária. Isso entre 2013 e 2023.

FABIOLA VIEIRA

Então não há evidência de que receber emendas em alta intensidade nesse período teve um efeito sobre esses indicadores, tá? Não identificamos redução de mortalidade neonatal, não identificamos redução das internações por condições sensíveis à Atenção Primária, que é algo que se deseja, e não observamos efeito sobre a capacidade instalada.

THEO: Só a taxa de mamografias feitas pela população aumentou um pouco. A Fabíola também observou que regiões mais pobres receberam mais emendas, o que poderia ser bom. Mas a forma de distribuição de recursos pelo Ministério da Saúde também prevê critérios socioeconômicos, então, se o Executivo controlasse esse dinheiro, isso possivelmente também aconteceria.

FABIOLA VIEIRA

Então, além desse estudo do IPEA, há também um estudo que está em vias de publicação, que é uma tese de doutorado de uma aluna da Universidade Federal de Minas Gerais, que analisou os efeitos sobre equidade em saúde, sobre eficiência.

THEO: E aí...

FABIOLA VIEIRA

Não se identificou a melhora de eficiência, tá? Então, assim, a emenda, pelo contrário, reduziu a eficiência na alocação do recurso em nível regional de saúde, né?

THEO: De novo: as emendas parlamentares não são ilegais por si só; elas têm suas funções. Mas esses valores bizarros e a falta de transparência estão contribuindo para alguns problemas. Vamos começar pelo que todo mundo fala: a corrupção. Um negócio que o Pedrinho investiga bastante no dia a dia.

PEDRO: Bom, como a gente já viu, o orçamento secreto impede que se saiba quem pediu a emenda e para onde foi o dinheiro. E, se ninguém está olhando, é mais fácil fazer a coisa errada. Inúmeros casos de corrupção ligados ao orçamento secreto foram registrados pela imprensa ao longo dos últimos anos. Teve de tudo: compra de trator e caminhão de lixo superfaturados, aquisição de ambulância em quantidade duas vezes maior que a necessária... É basicamente olhar para uma denúncia de corrupção e lá estará uma emenda de relator.

PEDRO: Um caso famoso é o do Maranhão. Por lá, os números de atendimento de saúde da população aumentaram tanto que bateriam recordes mundiais se fossem verdadeiros. Em Santa Quitéria do Maranhão, por exemplo, o registro de atendimentos ambulatoriais passou de 280 mil reais em 2019 para 4 milhões e 200 mil reais em 2020, segundo o Tribunal de Contas da União, o TCU. O município, que tem 24 mil habitantes, teria feito mais exames de HIV do que a cidade de São Paulo.

PEDRO: Uma reportagem da revista Piauí identificou vários casos esdrúxulos nessa linha: lugar que não tem nem hospital disse ter aumentado seus atendimentos em mais de 12 vezes entre 2020 e 2021. Em São Luís Domingues, o salto foi de 40 vezes. Igarapé Grande fez 34 atendimentos ambulatoriais por pessoa em 2021. E ainda teve o caso de Pedreiras, que disse ter extraído 19 dentes por pessoa da cidade em um ano. A reportagem chamou Pedreiras de “a cidade mais banguela do país”.

PEDRO: Diante disso, o SUS também começou a fazer suas investigações. Em 2025, o departamento de auditorias, o DenaSUS, analisou 605 contas bancárias cadastradas para receber emendas PIX. Duzentas e sessenta e oito, quase metade, tinham problemas. Por ordem do Supremo, o DenaSUS colocou em números o que descobriu em cem dessas contas: foram 26 milhões de reais em dano potencial aos cofres públicos; falta de transparência em 86% dos casos; ausência de relatório de gestão em 85%... Em 76% das contas auditadas, não houve sequer consulta ao Conselho Municipal de Saúde para decidir o destino do dinheiro.

PEDRO: Corrupção é um negócio grave, ainda mais quando estamos falando de investimento em saúde. Mas talvez esse nem seja o principal problema. O que a gente descobriu na apuração desse episódio é que o maior estrago provocado pelo orçamento secreto na saúde pública é a desorganização do investimento e da alocação de recursos, especialmente do SUS.

PEDRO: Lembra do que o Chioro falou antes sobre as emendas não seguirem um planejamento, uma pactuação entre os municípios e as regiões de saúde? Então, a Fabiola Vieira contou como isso pode gerar vazios assistenciais, lugares que não recebem serviços básicos porque não têm um senador ou deputado para chamar de seu.

FABIOLA VIEIRA

Como esse repasse por emenda ele foge dessa pactuação, então você pode estar fazendo o quê: destinando um volume maior de recurso para local que não tem a capacidade de oferta de serviços e fora desses acordos de atendimento. E isso faz com que você tenha uma alocação sub ótima desses recursos escassos que são disponibilizados no sistema.

PEDRO: Isso fere princípios do SUS, como a universalidade e a integralidade.

FABIOLA VIEIRA

Você não garante universalidade e integralidade olhando somente para o espaço municipal, entendeu? Eu preciso pensar nesse arranjo de organização do SUS para garantir que as pessoas tenham acesso ao transplante, desde a consulta mais básica até um atendimento mais especializado.

PEDRO: Vamos ver alguns casos na prática. Em Careiro, no Amazonas, uma auditoria do TCU descobriu que a prefeitura usou 568 mil reais de uma emenda de 1 milhão destinada à saúde para construir um terminal rodoviário. É, um terminal rodoviário. Isso foi em 2023. Já em Dourados, em Mato Grosso do Sul, a prefeitura recebeu 200 mil reais para usar na saúde — e de fato comprou camas hospitalares. Só que elas não foram montadas, conforme denúncia de uma deputada de oposição ao prefeito à Assembleia Legislativa do estado.

PEDRO: E lembra daquela auditoria do DenaSUS? Um dos achados mais importantes foi o uso de emendas PIX para contratação de pessoal, o que é proibido pela Constituição desde 2015. Os auditores viram esse problema em 8% dos casos, além de indícios de pejetização, ou seja, contratação de pessoas como se fossem empresas para pagar menos direitos trabalhistas.

MEGHIE: E a questão toda é que as emendas parlamentares não foram feitas para investimentos de longo prazo. Elas existem para dar ao Congresso uma forma de enviar dinheiro sem precisar passar pelo processo de aprovação do orçamento. O Chioro mostrou como esse não é um problema teórico:

ARTHUR CHIORO

Vou te dar um exemplo: o câncer já é a segunda causa de morte e será inevitavelmente a primeira causa de morte nos próximos anos.

MEGHIE: Então boa parte dos recursos em saúde deveria estar sendo destinada para montar uma infraestrutura capaz de atender essa demanda crescente, né.

ARTHUR CHIORO

Só para você ter uma noção, um acelerador linear, entre a decisão de colocá-lo e ele entrar em funcionamento, demora de 6 a 8 anos. Entre a construção da casamata, a aquisição do equipamento, a instalação do equipamento, treinamento das equipes. É um negócio que tem que estar se planejando lá na frente. Cadê esse recurso? Esse recurso está sendo alocado por essa lógica? Não.

MEGHIE: E o pior é que algumas pesquisas já mostram que as emendas parlamentares estão ficando mais importantes que o orçamento do Ministério da Saúde para os municípios. Segundo o Ieps, o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, entre 2016 e 2019, 80% dos gastos correntes do SUS — que são os custos para manutenção dos serviços públicos que já existem — eram bancados pelo Ministério da Saúde. Em 2023, essa fatia havia caído para 47%, menos da metade.

MEGHIE: Já um estudo do Ipea constatou que, entre 2016 e 2021, quase 92% das emendas parlamentares da saúde enviadas aos municípios foram para pagar despesas correntes das cidades.

MEGHIE: A influência do orçamento secreto nisso é bem clara: o Ieps detectou que, em 2016, mais de 60% das emendas da saúde iam para investimento. Em 2023, isso caiu para 10%, e os 90% restantes foram justamente para custeio, para o dia a dia. O resultado, segundo esse estudo, é de uma...

ESTUDO DO IEPS

Estagnação e sucateamento da capacidade instalada dos serviços de saúde.

MEGHIE: Por quê? A Fabíola resumiu muito bem:

FABÍOLA VIEIRA

Para o planejamento, isso é muito complicado, porque realmente o dinheiro, o recurso da emenda, ele pode entrar em volume alto em um ano, e no outro ele não entra.

MEGHIE: Então isso cria muita instabilidade pro gestor, que prefere gastar o que recebe com coisas do dia a dia, em vez de pensar também em investimentos estratégicos.

FABÍOLA VIEIRA

Então é diferente de um recurso próprio do município, que está previsto na LOA municipal, em que aí o ente se organiza, faz o seu planejamento e define como vai alocar o recurso.

MEGHIE: LOA, aliás, é a lei orçamentária anual, ou o orçamento dos governos federal, estadual e municipal que precisam ser aprovados todo fim de ano para organizar as despesas que estão previstas pro ano seguinte.

MEGHIE: Enfim, na volta do intervalo, a gente conta como certas emendas estão sendo usadas para promover práticas sem evidência científica, e como elas estão mexendo com o jogo político.

INTERVALO

THEO: O Ciência Suja tem apoio do Instituto Serrapilheira, que fomenta a ciência e a comunicação científica no Brasil. E para entre outras coisas continuar trazendo craques do jornalismo como o Pedro Canário para o projeto, o nosso podcast também tem um programa de financiamento coletivo. Procure pelo Ciência Suja na Apoia.se, Patreon ou Orelo e assina o plano que mais fizer sentido para você. A gente garante newsletter, episódio antecipado e até brindes e sorteio de livros, dependendo da categoria! (Mas o principal mesmo é saber que você está garantindo nosso jornalismo de ciência independente, né)

MEGHIE: Eu queria aproveitar e agradecer especialmente aos apoiadores da categoria Paladinos da Ciência, como o Frederico Gonçalves Guimarães, o Antonio Romero Lopes Neto, a Erika Pessoa, o Henrique Vaughan e a Raquel Barbosa Cintra.

THEO: E agora escuta um recado do podcast Prato Cheio, que está com uma temporada ótima sobre alimentação infantil, a Pratinho Cheio:

SPOT PRATO CHEIO

FIM DO INTERVALO

THEO: Antes do intervalo, a gente estava falando de má gestão e corrupção. Mas tem também emenda parlamentar sendo destinada para promover tratamentos sem eficácia comprovada — ou pseudocientíficos, se você quiser ser mais agressivo.

THEO: Por exemplo: em 2024, o deputado federal Giovani Cherini, do PL, enviou 200 mil reais para Araricá disponibilizar as práticas de homeopatia, ozonioterapia, geoterapia, quiropraxia e apiterapia em serviços de Atenção Primária de Saúde. Araricá é um município do Rio Grande do Sul com menos de 10 mil habitantes, e 200 mil reais foram destinados para, entre outras coisas, supostamente aplicar “argila ou lamas medicinais” nos usuários do SUS — porque geoterapia é mais ou menos isso, tá.

THEO: Agora em 2026, esse mesmo deputado enviou mais 150 mil reais para Rosário do Sul ampliar o oferecimento de práticas integrativas via um instituto. Esse mesmo instituto já ganhava para aplicar reiki, auriculoterapia e cromoterapia, segundo o site da prefeitura. Rosário do Sul tem 36 mil habitantes.

THEO: Teve também o caso de um deputado federal que enviou 50 mil reais para o município de Novo Cabrais, no Rio Grande do Sul, para implantar práticas integrativas na cidade. Detalhe: o deputado disse que o dinheiro foi enviado após uma solicitação da Associação Brasileira de Homeopatia Popular Comunitária. Então não veio uma

demanda estrutural, e sim de uma entidade diretamente interessada no financiamento público de práticas integrativas, né?

THEO: Até para ter uma noção de quanto isso representava de emendas a essas cidades, então eu fui dar uma olhada no painel de indicadores do André Ballalai. E o curioso é que eu não encontrei nenhum valor de emenda para Rosário do Sul ou Araricá. Então eu fui conversar com ele.

ANDRÉ BALLALAI

[Theo] O que eu queria entender é, às vezes é o dash que não vai pegar, ou é justamente porque às vezes a emenda não deixa isso claro? Tem tem uma questão de transparência a?

[André] Aí, cara, que eu acho que você pegou que é o ponto principal, não só das emendas, mas da assistência básica em geral, sabe?

THEO: O que o André contou é que, quanto mais capilar o investimento, menos controle você tem. Então valores relativamente menores em prefeituras, principalmente de cidades pequenas, vão se perdendo no todo, e aí vai faltando registro mesmo, fica cada vez mais complicado saber onde foi parar o dinheiro. A ponto de não aparecer facilmente em documentos oficiais, que são lidos por IAs como a do André.

THEO: Mas justiça seja feita, o André refinou as buscas e aí o painel dele mostrou que Araricá captou 1,4 milhão de reais em emendas no geral, não só em saúde. Isso em 2024, mesmo ano daquela emenda para geoterapia e afins — então em uma conta de padaria aqui, mais de 10% do total de emendas nesse período foram para essas práticas sem comprovação. Já Rosário do Sul levantou 3,7 milhões em 2025.

MEGHIE: E assim, nem parece taaaanto dinheiro, mas essas “emendinhas menores”, quando somadas, representam um gasto considerável. Entre 2022 e 2026 você vê que cidades com menos de 20 mil habitantes receberam emendas de saúde no valor médio de 590 mil reais. Já as emendas para cidades entre 1,4 a 2,5 milhões de habitantes vinham na média de 3 milhões de reais por emenda. Então ok, cidade maior recebe emenda maior. Mas é tanta emenda chegando nos municípios pequenos que, no total, eles receberam 418 milhões de reais, mais do que o triplo dos 129 milhões daquelas cidades maiores.

MEGHIE: Para ficar ainda mais claro, são duas emendas e meia para cada 100 mil habitantes nas cidadezinhas de até 20 mil moradores, contra 0,4 emenda por 100 mil habitantes naquelas entre 1,4 e 2,5 milhões de pessoas.

MEGHIE: E, sim, cidades menores podem proporcionalmente precisar de mais investimentos desse tipo. Mas o foco aqui é a capacidade de fiscalizar e de transformar esse recurso que chega em coisa útil, principalmente em um cenário de subfinanciamento do SUS.

MEGHIE: Essa questão, aliás, estaria por trás da criação das emendas PIX. Originalmente, elas dispensavam a necessidade de o parlamentar ou o gestor falarem como o recurso seria gasto. O dinheiro basicamente caía na conta da prefeitura sem qualquer obrigação de definir um destino — o que é ótimo para quem não consegue captar emendas por falta de estrutura de monitoramento.

GUILHERME FRANCE

Muitos municípios não tinham autorização para receber os recursos por conta de limitações ou problemas em prestações de contas anteriores e os parlamentares acabavam não conseguindo fazer o recurso chegar na ponta. A emenda PIX garante, justamente, que o dinheiro vai chegar, independente do que esteja acontecendo, de qualquer impedimento que exista com relação à documentação, certidões.

MEGHIE: A transparência melhorou um pouco com decisões do STF; agora o parlamentar precisa falar um mínimo sobre o destino da grana. Mas o gestor na ponta pode mudar isso, e mesmo a descrição pode ficar bem genérica, na linha “comprar equipamentos para Atenção Primária”, por exemplo. Então fica uma margem ampla para desvios e, acima de tudo, para mau uso de recurso público mesmo.

MEGHIE: E olha que a gente está falando das emendas de deputados federais e senadores. Porque ainda tem todo o lado das emendas estaduais, em que a fiscalização e o controle ficam ainda mais complicados.

MEGHIE: A gente encontrou um caso em que um deputado estadual enviou 300 mil reais para o município de Ji-Paraná, em Rondônia, comprar equipamentos de ozonioterapia para lidar com feridas, sendo que a evidência científica para esse tratamento é muito frágil, ainda mais diante de outras alternativas disponíveis para isso.

THEO: “Ah, mas vocês tão pescando casos isolados de emendas problemáticas”. Então, o Tribunal de Contas da União (TCU) soltou em julho um relatório em cima da fiscalização de 100 emendas PIX feitas entre 2020 e 2024. O comunicado desse material diz o seguinte:

RELATÓRIO DO TCU

Foi constatado algum tipo de irregularidade em 82% dessas transferências e em 82,4% dos beneficiários. O prejuízo potencial aos cofres públicos foi estimado em 49 milhões de reais, o que representa 25% do total fiscalizado.

THEO: Tudo bem, nem todas as emendas são nesse formato PIX, mas, pô, 25% do dinheiro enviado ter irregularidades é muita coisa. No relatório, o TCU fala de quatro categorias principais de irregularidades:

- 1) Falta de transparência e rastreabilidade dos recursos.
- 2) Problemas na execução financeira, com pagamentos sem comprovação adequada e despesas fora do objetivo, por exemplo.
- 3) Irregularidades em licitações, como fraudes.

- 4) Problemas na execução física dos projetos, com obras não concluídas, superfaturamento de preços etc.

THEO: Tem um detalhe: nessa auditoria, o TCU avaliou 19 emendas na área da saúde. E encontrou problemas em todas. Em dois terços, o tribunal não conseguiu detectar o destino do dinheiro. No restante, as emendas foram usadas para finalidade sem relação com a saúde.

THEO: Em Antas, na Bahia, a prefeitura recebeu mais de um milhão de reais para comprar remédios e equipamentos para a saúde. Mas usou uma parte do dinheiro para pagar dívidas trabalhistas atrasadas e botou a maior parte do que sobrou na conta do município, sem autorização do SUS, aviso ao Ministério da Saúde, nada. Em Acará, no Pará, a prefeitura recebeu 980 mil reais para comprar um mamógrafo e simplesmente não comprou. Fez licitação, emitiu notas de pagamento, assinou recibos, mas nada do equipamento. Agora o TCU está pedindo o dinheiro de volta.

MEGHIE: Se o orçamento secreto e essa avalanche de emendas fragmentam o sistema, se elas favorecem desvios e comprometem a eficiência, se podem até promover desigualdade... por que o Brasil destina cada vez mais dinheiro para essa linha?

MEGHIE: Bom, a resposta é meio óbvia, mas vamos responder com um estudo científico pelo menos. Pesquisadores da Fiocruz e da Universidade de Brasília pegaram dados de 2 818 municípios e verificaram se as emendas destinadas à saúde tinham alguma relação com a reeleição de prefeitos em 2024. E claro que tinha né, como dá pra ler nesse trecho do artigo:

PESQUISA DA FIOCRUZ E UNB

Os resultados indicam uma associação positiva e estatisticamente significativa entre o aumento dos recursos destinados a emendas na área da saúde e a probabilidade de reeleição dos prefeitos em 2024, em todos os modelos e pontos de corte analisados.

MEGHIE: E isso, de novo, não tem a ver com serviços melhores. Em 2012, por exemplo, o Profissão Repórter da TV Globo mostrou um hospital sendo construído em Sucupira, uma cidade de menos de 2 mil habitantes no Tocantins. Era uma construção térrea, mas extensa, literalmente no meio de um monte de terra batida e de mato; tinha só uma casa ali do lado. A obra estava prevista para sair poucos meses antes da eleição. Aí o repórter faz essa pergunta para uma moradora:

REPORTAGEM PROFISSÃO REPÓRTER

[Repórter] Pertinho da eleição, né. Você vota em quem?

[Moradora] No prefeito, o atual.

[Repórter] Por causa do hospital?

[Moradora] Por causa do hospital.

MEGHIE: Para a Fabiola (e para toda a torcida do Flamengo), essa ligação entre emendas e reeleição se estende aos parlamentares também.

FABIOLA VIEIRA

Esse recurso da emenda, ele acaba ativando redes de apoio político dos parlamentares na base eleitoral dele. Prefeitos, empresários, etc. e tal. E isso acaba fazendo com que você tenha essa associação entre maior recebimento de emendas e reeleição de prefeito, base de apoio etc. Reeleição de parlamentares, de deputados.

MEGHIE: Nesse ponto, o Guilherme France, da Transparência Internacional Brasil, falou um negócio bem interessante, e preocupante.

GUILHERME FRANCE

Então, o que a gente acaba vendo, e é importante entender a consequência disso, é a perpetuação de uma classe política no poder, que é uma classe política eminentemente branca, masculina, que tem uma origem privilegiada e tem uma base forte no Centrão.

THEO: O Guilherme previu uma alta taxa de reeleição de parlamentares na Câmara, no Senado e nas assembleias legislativas estaduais e municipais. E o Chioro reforçou esse ponto.

ARTHUR CHIORO

Aliás, um péssimo parlamentar, um mandato parlamentar, vamos dizer assim, sofrível do ponto de vista de apresentação, disputa de propostas, participação partidária, participação em comissão. Mas só com o controle das emendas, se ele souber fazer o jogo político, tal, dificilmente ele vai deixar de se reeleger ou reeleger quem ele quiser o filho, o indicado dele e tal.

THEO: Um dos efeitos disso é que o sistema vai se acomodando para tentar lidar com todo esse poder concentrado no Legislativo. É curioso, porque foi até difícil encontrar pessoas do dia a dia da política que quisessem falar de cara lavada com a gente, porque mesmo a galera preparada e bem intencionada precisa recorrer às emendas para tocar projetos e diferentes atividades do SUS. O próprio Chioro brincou nesse sentido durante a entrevista.

ARTHUR CHIORO

Então assim: confesso que tenho feito uso de emendas parlamentares, entendeu?

THEO: Como a gente falou rapidinho antes, o Chioro é hoje presidente da HU Brasil. E aí ele e a equipe têm buscado recursos via emendas para os hospitais universitários federais. Mas em vez de topar qualquer negócio, eles basicamente chegam com a proposta pronta no formato de uma cartilha, que vem com um leque de várias opções para os deputados e senadores botarem dinheiro de emenda. Isso sempre com foco em investimento, não em custeio do dia a dia.

THEO: Durante a nossa conversa, o Chioro mostrou o que estavam pedindo para o Hospital Universitário do Maranhão.

ARTHUR CHIORO

Por exemplo, a emenda de bancada, de maior volume, eu quero que venha para uma plataforma cirúrgica de robótica para colocar cirurgia robótica no hospital. Nas emendas individuais, eu quero um equipamento, dois arcos cirúrgicos, que custam 500 mil cada um. Eu quero três raios X digitais.

THEO: A HU Brasil ainda tem uma plataforma digital onde dá para ver direitinho cada emenda e todos os seus detalhes: a origem, a quantidade, o andamento do projeto...

ARTHUR CHIORO

É uma forma que a gente tem de tentar jogar o jogo, porque só tem investimento praticamente aqui, mas que isso deixe um saldo positivo para os nossos hospitais universitários. Ou seja, que ele não vai me dar problema de inaugurar o equipamento e não ter equipe para tocar, ou não ter o recurso de custeio para poder funcionar.

THEO: A gente trouxe esse caso para deixar claro que o prefeito que aceita o dinheiro de emenda não é necessariamente malvado. Ele muitas vezes só está no meio desse processo e tentando financiar as políticas do seu município. Mas se cada um só olha para o seu, o todo sai sofrendo.

MEGHIE: O Brasil e o mundo estão com grandes desafios de saúde pela frente: envelhecimento da população, aumento de doenças crônicas, alto custo de tratamentos modernos, efeitos da emergência climática na saúde e até na infraestrutura... Lidar com essas questões exige pensamento de longo prazo e muita eficiência na gestão de recursos — coisas que não combinam com falta de transparência e investimentos fragmentados.

MEGHIE: Isso tudo fica ainda mais complicado porque a saúde brasileira já é subfinanciada. Uma análise da OCDE, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, aponta que o Brasil gastou 1 700 dólares per capita em 2022 em saúde. Isso é menos do que um terço da média de outros países da OCDE, que fica em 5 300 dólares.

ARTHUR CHIORO

Quando você ainda por cima cerca uma parte importante do recurso com emenda parlamentar, você está diminuindo mais ainda a margem do governo.

MEGHIE: Está aí o Chioro de novo.

ARTHUR CHIORO

Como mexer? Eu não tenho como não pagar energia elétrica, pagar água, que no hospital custa caro para caramba, eu não tenho como deixar de comprar material de medicamento, etc, etc. Aonde eu tenho algum grau de mobilidade? É naquela obra que eu iria fazer esse ano e eu deixo para o próximo. É num equipamento que eu precisaria comprar e que eu compro daqui a pouco. Vou levando meu acelerador linear, vou levando meu tomógrafo até o osso.

MEGHIE: Tá, então pelo menos aqui na visão do Ciência Suja tem bastante indício de que não dá para seguir tolerando o orçamento secreto ou deixando as emendas ganharem mais espaço do que já tem. Então, o que a gente faz para mudar essa situação?

MEGHIE: O Guilherme, da Transparência Internacional Brasil, começou pela necessidade de responsabilizar, talvez até criminalizar, desvios de recursos via emenda.

GUILHERME FRANCE

A gente está em 2026, em setembro de 2026. Ouvimos falar de desvio de emendas parlamentares toda a semana há pelo menos cinco anos, e a gente não teve um parlamentar brasileiro que foi condenado, está preso ou sofreu alguma penalidade por conta de desvio de emendas parlamentares. A primeira condenação que aconteceu no Brasil foi em março desse ano pelo Supremo.

MEGHIE: No dia 17 de março, os deputados Josimar Maranhãozinho, Pastor Gil e o suplente Bosco Costa, todos do PL, foram condenados pelo STF por cobrança de propina para liberarem emendas ao município de São José de Ribamar, no Maranhão. Os processos ainda não transitaram em julgado — daí porque o Guilherme falou em não ter ninguém preso ou sofrendo alguma penalidade —, mas eles podem ficar inelegíveis e no regime de prisão semiaberto.

THEO: Bom, uma questão prima-irmã dessa é exigir que as emendas tenham critérios mais claros, criar dispositivos que facilitem a punição de desvios... e desenvolver mecanismos de transparência. Isso, aliás, pode ser muito positivo até para entender os limites e os benefícios de emendas bem aplicadas. Quem ressaltou isso foi o médico Denizar Vianna, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde durante a gestão do Luiz Henrique Mandetta, no governo Bolsonaro.

DENIZAR VIANNA

O meu senso comum diz o seguinte: eu queria que esse dinheiro fosse pelo trâmite normal dentro de uma política de planejamento orçamentário, é o que faz sentido. O que eu posso te dizer é o seguinte: está indo para uma via que a gente não tem o que medir.

THEO: O Denizar é um profissional que gosta de falar em cima de dados e de evidências. Ele concordou em conversar com a gente quando eu mostrei aquele estudo da Fabiola, do Ipea, sobre o efeito (ou ausência de efeito, né) das emendas em indicadores de saúde. E ele até enxergou um lado positivo ali, no sentido de que esse mecanismo poderia levar mais recursos para locais pobres. Mas nessa hora do papo que nós destacamos, ele estava dizendo que a transparência é fundamental para a ciência estudar detalhes desse parlamentarismo torto que a gente está vivendo.

DENIZAR VIANNA

Eu concordo com você. Aquilo que a gente não mede, a gente não administra.

MEGHIE: Outro ponto — e nesse o Ciência Suja está duas semanas atrasado — é levar a sério aquele papo batido de pesquisar bem antes de votar em deputados, vereadores e senadores.

ANDRÉ BALLALAI

Eu acho que o pós-pandemia, ele consolida esse parlamentarismo velado que a gente tem, né? E de pura dominância do centrão.

MEGHIE: O André Ballalai falou que a polarização Lula versus Bolsonaro fica clara nas eleições executivas, e também um pouco nas emendas grandonas, das cidades maiores. Mas no Brasilão o negócio é muito mais pragmático.

ANDRÉ BALLALAI

Acho que a polarização, ela lida muito assim: “Ai, vou procurar a emenda do Flávio Bolsonaro”, ou “Vamos procurar a emenda do PT”. Quando, cara, as emendas de tamanho médio de volume é tudo de partido médio do centrão.

MEGHIE: De um jeito bem cético, esses caras que o eleitor vota, mas muitas vezes nem sabe o nome, estão definindo cada vez mais os rumos da saúde do Brasil. Então além das leis, das propostas, das participações nos debates do congresso, nossa função como cidadão vai ser avaliar como e onde os parlamentares gastam nosso dinheiro das emendas.

CRÉDITO

THEO: Como você sabe, o Ciência Suja faz parte da Rádio Guarda-Chuva, uma confraria de podcasts jornalísticos independentes que só cresce em tamanho e relevância. Hoje eu queria falar para você do podcast Economia do Futuro, da Melina Costa. É um projeto interessante porque ele traz diferentes ângulos desse processo transição para uma economia de carbono zero, com foco em como tornar isso mais justo e alinhado com a natureza. A Melina acabou de soltar um episódio bem interessante sobre empregos verdes, e como isso está mexendo com o mercado de trabalho. Depois daqui, vai lá no Economia do Futuro!

MEGHIE: Este episódio do Ciência foi apresentado por mim, Meghie Rodrigues.

THEO: E por mim, Theo Ruprecht, junto com o Pedro Canário. Eu e ele também produzimos e roteirizamos esse episódio. Obrigado por estar com a gente nessa, Pedrinho.

PEDRO: Eu que agradeço, Theo! É sempre muito bom trabalhar com amigos, e com amigos tão competentes.

THEO: A gente queria aproveitar pra agradecer mais uma vez o André Ballalai, pela dica de pauta e por ter nos ajudado tanto com os dados das emendas. A nossa ideia é dar mais destaque pra esse material, então, se você for jornalista ou comunicador e tiver interesse nesses dados, avisa a gente.

THEO: E eu também queria agradecer muito ao Felipe Roitberg, um oncologista craque demais em políticas públicas de saúde, e que ajudou a pensar essa pauta e a desenrolar entrevistas e outras coisas.

MEGHIE: A edição de texto é do Theo, junto com a equipe toda.

THEO: A gravação das nossas vozes e a do Pedro Belo, que fez as vozes complementares, foi feita no estúdio Agência de Podcasts. O Caio Santos fez a edição de som e a mixagem. O Felipe Barbosa coordenou a edição de som, fez as trilhas e a masterização.

MEGHIE: Neste episódio, nós usamos trechos de uma entrevista na GloboNews, do Profissão Repórter e de um vídeo promocional do programa Mais Visão Amapá.

THEO: A Mayla Tanferri e o Guilherme Henrique fizeram a arte de capa e o nosso projeto gráfico.

MEGHIE: O nosso site foi desenvolvido pelo Estúdio Barbatana. Lá você tem informações complementares dos episódios e sobre como ajudar a gente a seguir com o Ciência Suja, e os bônus que recebe ao participar do financiamento coletivo. É www.cienciasuja.com.br

THEO: Você também nos encontra nas redes sociais, que são tocadas pelo Pedro Belo. O Ciência Suja está no Instagram, Facebook, TikTok, Twitter e Blue Sky.